

ÍNDICE

NOTA LIMINAR DO SR. JUIZ CONSELHEIRO PIRES DA ROSA	5
PREFÁCIO DA JUÍZA DESEMBARGADORA ISABEL MATOS NAMORA	7
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	11
1.1. Da Execução Para Prestação de Facto	11
1.2. Espécies de Títulos Executivos	12
1.3. Forma do Processo e Tramitação Geral	12
1.4. O caso específico da sentença condenatória	13
CAPÍTULO II – DA EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO POSITIVO	17
2.1. Introdução	17
2.2. Prestação de Facto Positivo Fungível e Infungível	18
2.3. Querela doutrinária	19
2.4. Posição Adotada	22
2.5. Indemnização Moratória	23
2.6. A indemnização compensatória	24
2.7. Facto Positivo Infungível	24
2.8. Sanção Pecuniária Compulsória	25
2.9. Fases da Execução da Prestação de Facto Positivo	26
2.10. Cumprimento da Prestação de Facto pelo Executado	28
2.11. Embargos de Executado	30
2.12. Suspensão da execução após recebimento dos Embargos	30
2.13. Jurisprudência Seleccionada	31
2.14. Opção pela Conversão da Execução	39

2.15. Momento Processual para a dedução do incidente de liquidação da indemnização compensatória	39
2.16. Liquidação da Indemnização Compensatória	40
2.17. Jurisprudência Seleccionada	41
2.18. Avaliação do Custo da Prestação	42
2.19. Execução para Pagamento de quantia certa	43
2.20. Assegurar, mediante penhora, o Valor da Prestação Por Outrem	44
2.21. Jurisprudência Seleccionada	45
2.22. Exequente realiza ou manda realizar o facto antes de concluída a avaliação	48
2.23. Vicissitudes da fase extrajudicial da execução para prestação de facto	49
2.24. Terceiro ofendido com a execução extrajudicial do facto	50
2.25. Prestação de contas	51
2.25.1. Tramitação do Incidente de Prestação de Contas	52
2.26. Jurisprudência Seleccionada	53
2.27. Pagamento ao Exequente	55
2.28. O valor apurado é insuficiente para cobrir o montante do custo real da prestação	55
2.29. Jurisprudência Seleccionada	56
2.30. Possibilidade do exequente desistir da execução	56
2.31. Discussão doutrinária	57
2.32. Efeitos da desistência da execução para prestação de facto formulada pelo exequente	58
2.33. Jurisprudência Seleccionada	60
2.34. Incidente inicial para Fixação Judicial do prazo para cumprimento da Prestação de Facto	61
2.34.1. Tramitação do Incidente para Fixação Judicial do Prazo	61
2.34.2. Dedução de Embargos	62
2.35. Jurisprudência Seleccionada	62
2.36. Fixação Judicial do Prazo para Cumprir a Prestação do Facto	64
2.37. Fase Subsequente quando o executado não cumpre a Prestação	64
2.38. Jurisprudência Seleccionada	66

CAPÍTULO III – DA EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO NEGATIVO	69
3.1. Prestação de Facto Negativo	70
3.1.1. Tramitação geral	70
3.1.2. Admissibilidade do(s) Pedido(s) Executivo(s)	71
3.2. Exceção impeditiva da reparação “in natura”	72
3.3. Despacho Liminar Obrigatório	72
3.4. Fase dos Embargos	73
3.5. Violação (ou não) da Prestação de “non facere”	73
3.6. Despacho Liminar e posterior verificação da Violação da Obrigação “de pati”	74
3.7. Divergências Relevantes	75
3.8. Jurisprudência Seleccionada	76
3.9. Fase Executiva da Prestação do Facto Negativo	79
3.10. Demolição da Obra	79
3.11. Indemnização compensatória ao Exequente	80
3.12. Jurisprudência Seleccionada	80
CAPÍTULO IV – SISTEMATIZAÇÃO DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO	83
4.1. Causas Gerais de Extinção da Ação Executiva	83
4.2. Causas Específicas de Extinção da Ação Executiva Para Prestação de Facto	84
4.3. Extinção na Execução para Prestação de Facto Negativo	86
CAPÍTULO V – ESQUEMATIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTO E SEUS INCIDENTES	89
BIBLIOGRAFIA	109
ÍNDICE	111

